

**LEI MUNICIPAL Nº. 2.299/06 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006.**

***“Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal em Constantina e dá outras providências.”***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina-RS, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

**Art. 1º.** Esta lei regula a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos em Constantina-RS e destinados ao consumo, nos termos da Lei 8.171/1991, alterada pela Lei 9.712/1998, nos artigos 27,28 e 29, que cria o SUASA, e em consonância com o disposto no Decreto 5.741/2006 e da Instrução Normativa do MAPA nº. 19/2006.

**Art. 2º.** Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura (SMA) dar cumprimento às normas estabelecidas na presente lei e impor as penalidades nela previstas.

**Art. 3º.** A atuação da Secretaria Municipal de Agricultura é exclusiva nesse setor, implicando a proibição de duplicidade de fiscalização e inspeção sanitária de outros órgãos do Governo Municipal nos estabelecimentos industriais ou entrepostos de produtos de origem animal.

**Art. 4º.** Fica ressalvada a competência da União, através do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento na inspeção e fiscalização de que trata esta lei, quando a produção for destinada ao comércio internacional, sem prejuízo da colaboração da Secretaria Municipal de Agricultura.

**Art. 5º.** A inspeção e fiscalização de que trata a presente lei abrange os aspectos industriais e sanitários dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, seja ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

**Art. 6º.** Os estabelecimentos industriais e entrepostos de produtos de origem animal poderão funcionar na forma da legislação federal estadual e municipal vigentes e mediante prévio registro da Secretaria Municipal de Agricultura, observando o disposto no artigo 4º.

**Parágrafo Único:** Constitui incumbência primordial da Secretaria Municipal de Agricultura coibir o abate clandestino de animais e a respectiva industrialização, e fomentar a instalação de abatedouros e estabelecimentos agroindustriais registrados na mesma.

**Art. 7º.** A inspeção e a fiscalização de que trata esta lei serão procedidas, entre outros:

- I- Nos estabelecimentos industriais especializados, que se situem em áreas urbanas ou rurais e nas propriedades rurais com instalações adequadas para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;
- II- Nos entrepostos de recebimento de distribuição do pescado e nas fábricas que o industrializarem;
- III- Nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínio, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para a manipulação, industrialização ou preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma, para o consumo;
- IV- Nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;
- V- Nos entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;
- VI- Nos apiários.

**Art. 8º.** Serão objetos de inspeção e fiscalização previstas nesta lei, entre outros:

- I- Os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;
- II- O pescado e seus derivados;
- III- O leite e seus derivados;
- IV- Os ovos e seus derivados;
- V- O mel de abelha, a cera e seus derivados.

**Art. 9º.** A fiscalização e a inspeção de que trata a presente lei serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo as necessidades do serviço.

**Art. 10.** Será cobrada taxa de expediente pela lavratura de laudo de vistoria, quando da inspeção dos estabelecimentos referidos no artigo 7º, nos termos da legislação tributária municipal e do regulamento desta lei.

**Art. 11.** Os estabelecimentos registrados que adquirirem produtos de origem animal para beneficiar, manipular, industrializar ou armazenar, deverão manter livro especial do registro de entrada e saída, constando obrigatoriamente a natureza e a procedência das mercadorias.

**Art. 12.** As infrações às normas previstas nesta lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

- I- Advertência quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má fé;

- II- Multa de até 2 UFM, nos casos de reincidência, dolo ou má-fé;
- III- Apreensão ou inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterados;
- IV- Suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço da ação fiscalizadora;
- V- Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º. As multas poderão ser elevadas até o máximo de cinquenta vezes, quando o volume do negócio do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

§ 2º. Constituem agravantes o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§ 3º. A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

§ 4º. Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorrido 12 meses, será cancelado o respectivo registro.

**Art. 13.** As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pelo responsável da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal da SMA, com recurso voluntário para:

- I- Quanto aos itens I, III, IV e V, o Secretário Municipal de Agricultura;
- II- Aquelas do item II e § 1º, a Secretaria Municipal da Fazenda.

**Parágrafo Único:** Nas decisões contrárias ao Município, a autoridade julgadora deverá recorrer de ofício no órgão superior.

**Art. 14.** O produto da arrecadação da taxa de expediente, bem como das multas eventualmente impostas, ficará vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

**Art. 15.** Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei serão fornecidos pelas verbas alocadas à Secretaria Municipal de Agricultura, constantes do Orçamento do Município.

**Art. 16.** A presente lei será regulamentada através de Decreto do Prefeito Municipal.

**Art. 17.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 1630/1999.

Registre-se;  
Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 24 de novembro de 2006.

**Francisco Frizzo**  
Prefeito Municipal

**Cesar Santos Giacomini**  
Sec. Mun. da Administração